

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA LITERATURA BRASILEIRA ENTRE 2010-2020

INCLUSION IN HIGHER EDUCATION: AN ANALYSIS OF BRAZILIAN LITERATURE BETWEEN 2010-2020

Luisa Leoncio Monti¹
Stela Cesare do Santo²
Ligia Maria de Almeida Lizeo³

Resumo: A presente investigação tem por objetivo compreender o panorama da produção científica envolvendo a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior, no recorte temporal de 2010 a 2020. Foram analisados nove artigos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica de abordagem quali-quantitativa, do tipo descritiva, investigando a produção das revistas científicas brasileiras. Notam-se avanços e descontinuidades da produção científica através dos anos, impulsionados pelo aparecimento de diferentes Leis, Decretos e Políticas da área de Educação Especial na perspectiva inclusiva e seu processo histórico no cenário brasileiro. Ao final observou-se avanços na pesquisa referente a temática, porém o Ensino Superior acessível se mostra ainda um desafio para ser concretizado. Os artigos analisados apontam no sentido de despreparo dos profissionais, enfatizando lacunas na formação inicial e uma consequente insegurança quanto a ações teórico-metodológicas acessíveis.

Palavras-chave: Educação Especial. Ensino Superior. Inclusão. Público-alvo da Educação Especial. Produção científica.

Abstract: This research aims to understand the panorama of scientific production involving the inclusion of public students targeted by Special Education in Higher Education, in the timeline from 2010 to 2020. Nine articles were analyzed. This is a bibliographic research with a qualitative-quantitative approach, of the descriptive type, investigating the production of Brazilian scientific journals. There have been advances and discontinuities in scientific production over the years, driven by the emergence of different laws, decrees and policies in the area of Special Education from an inclusive perspective and its historical process in the Brazilian scenario. In the end, progress was observed in research on the subject, but accessible higher education is still a challenge to be realized. The articles analyzed point in the direction of unprepared professionals, emphasizing gaps in initial training and a consequent insecurity regarding accessible

¹ Doutoranda em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Participa como pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação de Surdos, Subjetividades e Diferenças (GPESDi). São Carlos / São Paulo / Brasil. E-mail: luisamonti@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-3342-4286>.

² Mestranda em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (Mestrado Acadêmico) na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus Araraquara-SP. São Paulo / São Paulo / Brasil. E-mail: stela_cezare@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6342-7752>.

³ Mestranda em Educação Escolar na Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, campus Araraquara-SP. Concursada da Prefeitura Municipal de Matão-SP e atua como educadora social. Também é professora efetiva na sala de recurso pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo onde atua com educação inclusiva. São Paulo / São Paulo / Brasil. E-mail: ligializeo@hotmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-6858-2030>.

theoretical-methodological actions.

Keywords: Special Education. Higher Education. Inclusion. Target audience of Special Education. Scientific production.

Primeiras palavras

A inclusão é uma realidade nos dias de atuais. A palavra-chave quando falamos sobre inclusão é diversidade. Esta que não é criação da escola contemporânea, mas sempre esteve presente nas instituições escolares de maneira geral, uma vez que a essência da natureza humana é diversa, por si só. No entanto, o tradicionalismo da educação formal que marcou a história, desconsiderava por completo a possibilidade de ações educativas que considerassem a diversidade e multiplicidade de características e aprendizagem dentro da escola, perpetuando ideias de padronização e homogeneização.

Se para os educandos com desenvolvimento típico essa história foi marcada por grandes limitações, para as pessoas com algum tipo de deficiência, este percurso foi ainda mais cruel. Por muito tempo, não tiveram nem ao menos a oportunidade de acesso, já que foram negligenciadas de seus direitos básico, inclusive a educação. Se ainda hoje precisamos discutir a questão do acesso desses alunos à escolarização básica, deve-se ao fato da já mencionada história de segregação vivenciada por esses sujeitos, conforme abordaremos a posteriori.

Na Antiguidade, as pessoas com deficiência eram abandonadas e perseguidas devido às suas condições consideradas atípicas, que não estavam adequadas à “norma”. Na Idade Média, a abordagem a esses sujeitos alternava de acordo com a visão de determinadas comunidades: algumas acreditavam ser algum tipo de divindade, outros uma forma de castigo, mas em sua maioria com concepções caritativas sobre esses sujeitos. Já a idade moderna, marcada pelo surgimento do capitalismo, apresenta um maior interesse pela ciência, principalmente a questão da medicina, e as pessoas com deficiência, nesse sentido passam a ser interesse para esta área. Apesar de uma institucionalização desses sujeitos, surge uma preocupação com a socialização e a educação, porém relacionado a uma visão patológica da pessoa com deficiência (MIRANDA, 2008).

De acordo com Mendes (2010), o marco histórico da Educação Especial no Brasil se estabelece no período final do século XIX, com a criação inspirada na experiência europeia do Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, com direção de

Benjamin Constant, e o Instituto dos Surdos-Mudos. Ao longo dos anos, as discussões e iniciativas relacionadas ao atendimento das pessoas com deficiência foram se configurando de diversas formas, marcadas pelo ideário nacional, considerando o momento histórico, econômico e político vivenciado.

No período entre 1930 e 1950, totalizando um intervalo de 20 anos, Januzzi (1992 *apud* MENDES, 2010) averigua uma evolução lenta dos serviços, com a criação de apenas trinta novos estabelecimentos no país. Ao passo em que a criação de estabelecimentos em escolas públicas regulares, na modalidade de classes especiais, aumentou em duas vezes e, estabelecimentos em instituições privadas especializadas, subiu cinco vezes. É possível concluir que prevalecia a rede de serviços, neste período, pública. Isto: “[...] apesar de estar praticamente estagnada e de ser ainda incipiente, parecia apresentar uma tendência para a privatização, em parte devido ao descaso governamental em relação à educação de pessoas com deficiências” (MENDES, 2010, p. 98).

Mendes (2010) descreve ainda que, no geral, os historiadores estabelecem a década de setenta como o marco da “[...] institucionalização da educação especial devido ao aumento no número de textos legislativos, das associações, dos estabelecimentos, do financiamento e do envolvimento das instâncias públicas na questão” (p. 100).

Nesse sentido, com a publicação da Constituição Federal de 1988 é assegurado o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. Preceito qual, serviu de base para a criação de diversos documentos normativos a partir da década de 90 e vinte anos mais tarde, em 2008, o estabelecimento de uma Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Sobre o debate acerca da história da Educação Especial no Brasil, Mendes (2010) pondera que:

[...] o debate sobre a questão da Educação Inclusiva é hoje um fenômeno de retórica como foi a integração escolar nos últimos 30 anos. O paradoxo é que ao mesmo tempo em que se trata de uma ideologia importada de países desenvolvidos, que representa um alinhamento ao modismo, pois não temos lastro histórico na nossa realidade que a sustente; não podemos negar que na perspectiva filosófica, a inclusão é uma questão de valor, ou seja, é um imperativo moral. Não há como questioná-lo nem na perspectiva filosófica nem política, porque de fato se trata de uma estratégia com potencial para garantir o avanço necessário

na educação especial brasileira (p. 106).

Pontuado, sucintamente, alguns aspectos históricos acerca do estabelecimento da Educação Especial e da educação inclusiva em nosso país, é possível refletir sobre os avanços conquistados no que diz respeito ao atendimento aos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE)⁴, uma vez que conforme supracitado, esses sujeitos foram negligenciados de seus direitos básicos de acesso à escolarização.

Se forem analisados os indicadores educacionais a partir do relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) publicado em 2018, é possível observar um aumento significativo do percentual de alunos PAEE, entre 4 a 17 anos de idade, matriculados em classes comuns na educação básica. Em 2017, a Meta 4, especificamente os objetivos dos indicadores 4A e 4B, já havia alcançado cerca de 90% desta população (BRASIL, 2018).

No entanto, um questionamento que se faz necessário deve-se ao fato de que se a Educação Especial se configura enquanto uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e etapas de ensino, por quê centramos nossa discussão apenas à educação básica?

A partir dos dados divulgados pelo Censo da Educação Superior, em 2019, 0,56% do total de estudantes brasileiros matriculados em Instituições de Ensino Superior eram alunos com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento ou Altas Habilidades/Superdotação (INEP, 2020).

Este dado revela que, apenas cerca de 0,56% da população se autodeclarou como PAEE, notabilizando uma realidade díspar em relação aos dados de acesso da educação básica. Ainda que o modelo de autodeclaração apresente suas limitações, temos que ponderar a ínfima representação de matrículas de alunos PAEE nas Instituições de Ensino Superior (IES).

Faz-se relevante adicionar que a efetivação desta inclusão não está centrada apenas ao acesso, mas também na real participação e permanência desses sujeitos nas IES, conforme acrescentam Moreira, Bolsanello e Seger (2011): “[...] uma universidade inclusiva só é possível no caminhar em busca da mudança que vai eliminando barreiras de toda ordem, desconstruindo conceitos, preconceitos e concepções segregadoras e excludentes” (p. 141).

⁴ Os alunos considerados público-alvo da Educação Especial são aqueles com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação (Decreto nº 6.571/2008 - Resolução CNE/CEB nº 4/2009, Art. 4º).

Contudo, como apontam Castro e Almeida (2014), as IES têm se concentrado no ingresso e, que, no geral, as ações e políticas de permanência, que atendam uma proposta inclusiva, tem sido ineficientes para garantir o sucesso escolar deste grupo de alunos. As autoras atribuem os problemas de permanência na universidade atualmente às diversas especificidades das deficiências, à reivindicação de autonomia por parte dos discentes (característica do Ensino Superior), à insuficiência de recursos tecnológicos; à escassez de profissionais especializados, à carência de acessibilidade física nos espaços das universidades, entre outros aspectos.

Surge assim a premência de que sejam realizadas pesquisas que se debrucem sobre a temática da inclusão dos alunos PAEE no Ensino Superior, evidenciando, para além do acesso, possibilidades diversas que promovam reais condições de acessibilidade (físicas, curriculares, atitudinais) e que considerem, de fato, as especificidades desses sujeitos.

Ademais, observa-se a necessidade de expansão de discussões sobre investigações que se atentem às condições de acesso e permanência no Ensino Superior. Nesta significação, o definiu-se o objetivo do artigo: compreender o panorama da produção científica envolvendo a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial no Ensino Superior.

Caminho metodológico

A pesquisa em questão é pesquisa bibliográfica de abordagem quanti-qualitativa do tipo descritiva. Optou-se por tal método uma vez que:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. (...) Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

Portanto, a escolha do método se mostra pertinente na busca do objetivo já que se propõe a analisar um compilado de referenciais teóricos já existentes. Para Sigelmann (1984), a pesquisa bibliográfica é uma investigação crítica de ideias e conceitos, além de uma análise comparativa de distintas posições de um mesmo problema.

Para garantir um melhor entendimento do problema pesquisado, escolheu-se a abordagem quanti-qualitativa. De acordo com Triviños (1987), a abordagem de viés qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, percebendo o fenômeno dentro de seu contexto, enquanto que o quantitativo, busca validar suas hipóteses por meio de dados estruturados, estatísticos, generalizando os resultados. Nesse sentido, entendeu-se como vantagem combinar ambas as abordagens, confluindo ambas conforme a necessidade.

A pesquisa descritiva busca descrever um fenômeno, expondo características de dada população e estabelecendo correlação entre as variáveis. Para Triviños (1987, p. 110), “[...] o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e fenômenos de determinada realidade.” Neste caso, houve a observação da produção científica sobre o tema proposto e a subsequente descrição de características do fenômeno.

No que diz respeito aos procedimentos, realizou-se um levantamento bibliográfico a partir da base de dados Scielo, utilizando os descritores “Inclusão” e “Ensino Superior”, utilizados de maneira permutativa combinada. Não houve a utilização de operadores booleanos. A pesquisa resultou em 34 artigos que, de sua totalidade, após análise de títulos, resumos e excluídos os repetidos, restaram nove artigos.

Foram considerados apenas artigos publicados entre 2010 a 2020 sob o argumento de que artigos anteriores ao período não refletiriam o impacto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do ano de 2008. Para tanto, como critério de inclusão ao estudo, os artigos deveriam ter sido publicados em periódicos nacionais, a partir do ano de 2010, além de respeitar a temática de estudo: inclusão no Ensino Superior. O critério de exclusão foi abordar centralmente temáticas adjacentes, como por exemplo, enfoque em alguma deficiência específica. A seguir, apresenta-se a análise dos dados encontrados.

Resultados e discussão

Em uma primeira busca geral, foram encontrados 34 artigos. Realizada a leitura dos títulos, resumos, subsequente leitura do corpo do texto e, aplicados os critérios de inclusão e exclusão do estudo, restaram nove artigos. É relevante mencionar que a alta exclusão foi consequência aos artigos não serem adequados ao tema trabalhado. Os artigos excluídos perpassavam tanto por outras etapas do ensino, tanto por deficiências ou públicos específicos, que não eram convenientes ao estudo.

É interessante expor que a busca pelos descritores “Inclusão” e “Ensino Superior”, sem delimitação do país de origem da publicação, ainda no Scielo, resultou em 46 artigos. Após aplicar o filtro restringindo resultados à apenas artigos brasileiros, o resultado foi de 34 artigos. Sendo assim, pode-se compreender que existe uma predominância de artigos originados no Brasil sobre o tema na base de dados Scielo, com 73,9% (n=34).

Quadro 1 - Relação dos artigos selecionados

	Título	Fonte	Ano	Autores
1	Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco	Educar em Revista	2011	Moreira, L. C.; Bolsanello, M. A.; Seger, R. G.
2	A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior	Rev. Bras. Ed. Esp.	2016	Oliveira, R. Q.; Oliveira, S. M. B.; Oliveira, N. A.; Trezza; M. C. S. F.; Ramos, I. B.; Freitas, D. A.
3	Inclusão no Ensino Superior: políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados	Psicologia Escolar e Educacional	2018	Nozu, W. C. S.; Bruno, M. M. G.; Cabral, L. S. A.
4	Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo	Psicologia Escolar e Educacional	2018	Poker, R. B.; Valentim, F. O.D.; Garla, I. A.
5	Sentidos da inclusão de alunos com deficiência na educação superior: olhares a partir da Universidade Federal de Juiz de Fora	Psicologia Escolar e Educacional	2018	Almeida, J. G. A.; Ferreira, E. L.
6	Mapeamento e análise da matrícula de estudantes com deficiência em três Universidades públicas brasileiras	Psicologia Escolar e Educacional	2018	Martins, S. E. S.O.; Leite, L. P.; Ciantelli, A. P. C.
7	Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva	Educ. Pesqui.	2018	Bazon, F. V. M.; Furlan, E. G. M.; Faria, P. C.; Lozano, D.; Gomes, C.
8	Limites para afiliação à vida acadêmica de estudantes de camadas populares no contexto de toda expansão universitária	Educ. Pesqui.	2018	Figueiredo, A. C.
9	Avaliação da satisfação de estudantes público-alvo da educação inclusiva em cursos de pós-graduação de universidades públicas	Avaliação	2019	Branco, A. P. S. C.; Almeida, M.A.
10	Inclusão na educação superior: formação e experiência docente	Avaliação	2020	Furlan, E. G. M.; Faria, P. C.; Lozano, D.; Bazon, F. V. M.; Gomes, C.

11	Inclusão de estudantes com deficiência na educação superior na perspectiva da gestão universitária	Educação em Revista	2020	Costa, J. M. M.; Pieczowski, T. M. Z.
----	--	---------------------	------	--

Fonte: Elaboração própria.

Através das informações expostas pelo Quadro 1, nota-se que os artigos foram encontrados em seis revistas científicas diferentes, onde, a revista com maior incidência de publicações foi a Psicologia Escolar e Educacional, com 36,3% (n=4), seguida da Revista Educação e Pesquisa, 18,1% (n=2) e da Revista Avaliação 18,1% (n=2). As outras três revistas, Educar em Revista, Revista Brasileira de Educação Especial e Educação em Revista, tiveram, respectivamente, uma publicação cada. No que tange a localização demográfica das publicações, houve o predomínio de artigos publicados em revistas com produção no estado de São Paulo, com 81,8% (n=9).

Não foi encontrada a repetição de autores, sendo os 35 diferentes. A respeito da titulação acadêmica de tais autores, informadas nos artigos, predominou o nível acadêmico de doutorado, em cerca de 51,4% (n=18), seguido por mestrado, com 22,8% (n=8), pós-doutorado, 11,4% (n=4) e graduação, com 14,2% (n=5). Considerou-se a maior titulação de cada autor para a contabilização.

No que diz respeito à distribuição das publicações ao longo dos anos, levando em consideração o intervalo de tempo entre 2010 a 2020, nota-se que no ano de 2010 não houve publicações e, no ano de 2011, apenas uma publicação. Nos anos subsequentes de 2012, 2013, 2014 e 2015, não houve incidência de pesquisas sobre o tema aqui abordado. No ano de 2016, encontrou-se uma pesquisa. Novamente, em 2017 não foi encontrado artigo que se adequasse ao tema pesquisado. No ano de 2018, foram seis pesquisas, no ano de 2019, apenas uma e, por fim, no ano de 2020, foram encontradas duas pesquisas. Tal descrição de dados pode ser verificada na Tabela 1.

Tabela 1- Distribuição dos artigos segundo os anos de publicação

Ano	n	%
2011	1	9,1
2016	1	9,1
2018	6	54,5
2019	1	9,1

2020	2	18,1
Total:	11	100

Fonte: Elaboração própria.

O crescimento quantitativo de publicações científicas na área tem concomitância com mudanças marcantes implementadas pelos governos do Partido dos Trabalhadores entre os anos de 2003 a 2016. Nas quais: “[...] defendeu-se conciliar o crescimento econômico com a distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais mediante a redefinição do papel do Estado como indutor de investimento [...]” (FERREIRA, 2019).

As mudanças têm início no governo do presidente Lula (2003-2010), com a ampliação do acesso e da permanência de alunos na etapa do Ensino Superior. Destacam-se medidas de concessão de bolsas de estudos em IES particulares, com o Programa Universidade para Todos (PROUNI); reestruturação das universidades federais e abertura de novas IES federais (TORGAL; ESTHER, 2014). Houve também um significativo investimento nos Institutos Federais Tecnológicos (IFTs) (FERREIRA, 2019).

No que é pertinente especificamente às pessoas com deficiência, sua permanência transcende a ocupação das vagas nas IES. Em verdade, englobam também a garantia de um sistema educacional inclusivo. Apesar do PROUNI destinar vagas para pessoas com deficiência, o Ministério da Educação, à época de sua implementação, em 2005, não trouxe informações quantitativas ou qualitativas sobre os indicadores que apontavam o acesso e a permanência desse grupo (PEREIRA, 2017).

É importante frizar a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) que demarca a divisa entre o paradigma da integração e o novo modelo inclusivo. Não por coincidência, as discussões sobre inclusão no Ensino Superior passam a ter um maior destaque a partir de 2008, ano que concretiza a política (PEREIRA, 2017). Questões envolvendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspetiva da Educação Inclusiva ainda repercutem na área da Educação Especial e precisam continuar sendo exploradas.

Pereira (2017), em pesquisa que sonda a evolução da inclusão em universidades no Rio Grande do Sul a partir de programas e Leis de nível nacional, aponta que a criação de Núcleos de Acessibilidade e a expansão de núcleos já existentes

aconteceram a começar com a política de 2008. A partir deste ano, contatou-se também a criação de resoluções, ações e diretrizes em prol da inclusão de pessoas com deficiência nas universidades pesquisadas (PEREIRA, 2017).

Para além disso, é importante ressaltar que desde a publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, até o presente ano de 2021, há um espaço de apenas 13 anos. Colocando-se tal fato em perspectiva, nota-se que é uma política relativamente recente. É um tempo demasiadamente pequeno quando se pensa em toda a modificação de uma estrutura historicamente predominante, até, enfim, atender plenamente o ser humano em sua diversidade.

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016), presidenta subsequente, segue pelo mesmo caminho de Lula, retomando as políticas de expansão do Ensino Superior ao ampliar universidades federais e IFTs (TORGAL; ESTHER, 2014; FERREIRA, 2019). Em 2012, nasce o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior (Proies). No mesmo ano, instituiu-se a Lei de Cotas, Lei nº 12.711/2012, na qual foi definida reserva de 50% de matrículas, segundo curso e turno, em universidades federais e IFTs, para alunos que cursaram integralmente o Ensino Médio público. Dentre esta porcentagem, 50% das vagas seriam reservadas a estudantes advindos de famílias de renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo per capita (FERREIRA, 2019).

Promover o processo de inclusão e de democratização passa por promover igualdade de condições para todos que buscam acesso à educação superior, independente da raça, cor, gênero e renda. A origem social e a situação econômica das famílias não poderão ser fatores determinantes de exclusão do acesso e da permanência à educação superior (FERREIRA, 2019, p. 270).

Ainda no governo Dilma, a Lei nº 12.513/2011 institui um plano de custeio, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), no qual concedeu financiamento de cursos superiores não gratuitos presenciais (PEREIRA, 2017). O Fies apontava na direção de se tornar um marco na inclusão social e educacional. Contudo, o programa sequer entrava no mérito das pessoas com deficiência. “[...] evidenciando assim um paradoxo, uma vez que, esse grupo carrega em sua história a dura carga de preconceitos e exclusões [...]” (PEREIRA, 2017, p. 58).

Outro marco simultâneo ao salto quantitativo de publicações observado, foi o Decreto n. 7.612/2011, que estabeleceu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com

Deficiência – Plano Viver sem Limites, trazendo em sua primeira diretriz a garantia de um sistema educacional inclusivo (BRASIL, 2011). Uma das políticas articuladas à esse plano e implementadas no ano de 2012 é o Programa Incluir, que passou a apoiar financeiramente as IES federais com recurso específico na matriz orçamentária nas instituições. O programa estabelecia: “[...] uma política de acessibilidade voltada à inclusão das pessoas com deficiência [...]” (BRASIL, 2013, p. 21).

Nessa acepção, o acesso à escolarização dos alunos PAEE, ainda é um importante fator a ser considerado, preocupação a qual foi estabelecida enquanto meta no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014:

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 24).

Os debates mais presentes na sociedade brasileira, à época de estabelecimento do PNE, marcam sua redação. As metas e estratégias do plano se inspiram nas disputas mais urgentes, mostrando a relevância de mobilizar o Estado em prol de uma educação de qualidade para pessoas com deficiência. Isto revela que a educação inclusiva vem sendo enfatizada pelas políticas educacionais e outros documentos que norteiam a educação brasileira. “O debate está posto pelas políticas educacionais em curso, cabendo às universidades ampliar sua produção e difusão de conhecimentos, informando à comunidade suas práticas com os graduandos com deficiência [...]” (SILVA; CYMROT; D’ANTINO, 2012, p. 669).

Faz-se interessante observar a incidência do tema pesquisado, inclusão no Ensino Superior, nas áreas do conhecimento que perpassaram os diferentes artigos, o que é possível verificar na Tabela 2.

Tabela 2 - Área do conhecimento de origem dos periódicos

Área	N	%
Psicologia	4	36,3
Educação	6	54,5

Educação Especial	1	9,1
Total	11	100

Fonte: Elaboração própria.

Diante das informações organizadas e expostas na Tabela 2, observa-se que no universo dos onze artigos, quatro são produções da área da Psicologia, seis são da área da Educação e um é da área da Educação Especial. A informação que podemos ler circunscrita nos dados é que as áreas que mais veiculam o tema da inclusão no Ensino Superior são a Psicologia e a Educação. A não expressividade do tema em sua própria área de origem, a Educação Especial, pode indicar um campo cindido, evidenciando inconsistências.

Outra apreciação que mostra ser pertinente são os temas específicos que atravessam os artigos aqui analisados. De forma a organizar os dados, enumerou-se os temas de acordo com a numeração dada aos artigos no Quadro 1 desta investigação. Sendo assim, a seguir, as temáticas centras das produções acadêmicas analisadas foram: (1) investigar políticas públicas inclusivas; (2) analisar a produção científica sobre educação inclusiva; (3) investigar ações de uma universidade; (4) analisar percepções de docentes de uma dada universidade; (5) discutir processo de inclusão de alunos com deficiência; (6) investigar procedimentos de ingresso e permanência; (7) analisar a formação e as práticas de docentes; (8) compreender trajetória acadêmica de estudantes de camadas populares; (9) avaliar o nível de satisfação de estudantes público-alvo da educação especial; (10) compreender efeitos da presença de estudantes com deficiência nos programas e políticas institucionais relativas à inclusão e (11) investigar a formação e a experiência docente com alunos que possuem deficiência.

Na Tabela 3, apresentam-se os delineamentos metodológicos encontrados nos artigos selecionados. Os dados descritos seguiram a análise de Stillwell et al. (2010), que propõe a hierarquização dos artigos e seus caminhos metodológicos em termos de nível de evidência, ou seja, segundo a qualidade metodológica dos estudos, de acordo com a avaliação do autor.

Tabela 3 - Distribuição segundo delineamento metodológico dos estudos

Delineamento do estudo	Nível de evidência	n	%
-------------------------------	---------------------------	----------	----------

Revisão sistemática ou Metanálise	I	0	0
Estudo randomizado controlado	II	0	0
Estudo controlado com randomização	III	0	0
Estudo caso-controle ou estudo de coorte	IV	2	18,1
Revisão sistemática de estudos qualitativos ou descritivos	V	1	9,1
Estudo qualitativo ou descritivo	VI	7	63,6
Opinião ou consenso	VII	1	9,1
	Total:	11	100

Fonte: Elaboração própria.

Houve o predomínio da técnica estudo qualitativo ou descritivo em 63,6% (n=7), seguido de estudo de caso-controle ou estudo de coorte em 18,1% (n=2) e as outras duas técnicas em que houve incidência foram revisão sistemática de estudo qualitativos ou descritivos e opinião ou consenso, ambas com uma aparição.

Ante o exposto, percebeu-se que, primeiramente, o número de publicações é baixo se comparado às demandas educacionais que necessitam ser atendidas nas IES do território brasileiro. Foi notável o fato de que apenas uma das publicações científicas se encontrava em uma revista da área da Educação Especial. Isto aponta na direção de um campo cindido, marcado por avanços, retrocessos e, mais que isso, uma trajetória histórica fortemente pautada numa perspectiva de internações hospitalares e segregação.

Considerações finais

Com o objetivo de compreender o panorama da produção científica envolvendo o tema da inclusão no Ensino Superior, no recorte temporal de 2010 a 2020, foi possível inferir que existe sim um avanço da produção científica através dos anos, impulsionados pelo aparecimento de diferentes Leis, Decretos e Políticas na mesma área. Existe uma evolução das matrículas de alunos público-alvo da Educação Especial em consequência às políticas públicas.

É possível notar a grande reflexão dos docentes sobre suas práticas na etapa do Ensino Superior, indicando que os mesmos têm se dedicado para atender a essa nova demanda educacional. É uníssono o pedido: todos os artigos analisados indicam

despreparo dos profissionais, apontando lacunas em sua formação inicial e uma consequente insegurança quanto a ações teórico-metodológicas acessíveis. As produções científicas investigadas também indicaram diferentes dificuldades encontradas, como por exemplo, existência de barreiras arquitetônicas, inacessibilidade de materiais didáticos e até a falta de interprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais).

A relação entre os políticas e o direcionamento e aumento das produções científicas na área da Educação Especial fica clara. Ainda que seja impossível constatar aqui se é área acadêmica que dá origem às políticas ou o contrário, é nítida a influência que um campo tem sobre o outro e o quão intrincadas são suas relações. É significativo e indispensável que se reafirme a importância da produção científico-acadêmica para o rompimento de paradigmas retrógrados e estereótipos, com a intenção de avançar rumo uma educação equitativa, que garanta mais do que acesso, mas também a permanência e o sucesso acadêmico de todos os indivíduos.

Para além disso, os artigos, em sua maioria, indicaram que as condições de acesso e permanência do aluno no Ensino Superior não são constituídas apenas por adequações físicas, mas por recursos pedagógicos, instrução e capacitação à professores e comunidade técnico-administrativa, entre outros. Tais demandas configurariam uma mudança do tradicional *modus operandi* da IES. Tornar o Ensino Superior acessível a todos é uma tarefa complexa. Problematizar antigos modos de realizar educação é ainda mais desafiador, mas tem como resultado combate ao preconceito, discriminação, torna o conhecimento acessível e empodera o ser humano.

Referências

BRASIL. Decreto n. 7.612, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]**, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação –2018.** – Brasília, DF: Inep, 2018. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6975859 Acesso em: 17 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/Secretaria de Educação Superior. **Documento orientador: Programa Incluir – acessibilidade no ensino**

superior. Brasília, DF: [s.n], 2013.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=1273-pg272009es5&category_slug=administracao-direta-licitacoes-do-ano-de-2009&Itemid=30192 Acesso em: 07 mar. 2021.

BRASIL. Planejando a Próxima Década. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação.** Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). Brasília, DF: 2014. Disponível em:
http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf Acesso em: 08 mar. 2021.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, abr./jun., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v20n2/03.pdf> Acesso em: 17 mar. 2021.

FERREIRA, S. As políticas de expansão para educação superior dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): inclusão ou democratização? **Educação Unisinos**, v. 23, n. 2, p. 257-272, abr./jul., 2019. Disponível em:
<http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2019.232.04/60746957> Acesso em: 17 mar. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

INEP. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas técnicas. Rio de Janeiro: Ministério da Economia, 2019. Disponível em:
https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101674_notas_tecnicas.pdf Acesso em: 17 mar. 2021.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**, v. 22, n. 57, mayo/agosto, 2010.

MIRANDA, A. A. B. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, jan/dez, 2008. Disponível em:
<http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564> Acesso em: 17 mar. 2021.

MOREIRA, L. C.; BOLSANELLO, M. A.; SEGER, R.G. Ingresso e permanência na Universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em Revista**, v. 41, p. 125-143, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/n41/09.pdf> Acesso em: 17 mar. 2021.

PEREIRA, S. R. C. **Políticas de inclusão e permanência na educação superior:** entre o público e o privado. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Santa Maria, 2017.

SIGELMANN, E. Tipos de pesquisa: aspectos metodológicos específicos. **Arq.**

Bras. Psic., Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 141-155, jul./set., 1984.

SILVA, A. M.; CYMROT, R.; D'ANTINO, M. E. F. Demandas de docentes do ensino superior para a formação de alunos com deficiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 667-697, set./dez., 2012.

STILLWELL, S. B. et al. Searching for the Evidence. Strategies to help you conduct a successful search. **American Journal Nursing**, v. 110, n. 5, p. 41-47, 2010. Disponível em:
http://download.lww.com/wolterskluwer_vitalstream_com/permalink/ncnj/a/ncnj_546_156_2010_08_23_sadfjo_165_sdc216.pdf Acesso em: 17 mar. 2021.

TORGAL, L. R.; ÉSTHER, A. B. **Que universidade?** Interrogações sobre os caminhos da universidade em Portugal e no Brasil. Juiz de Fora: Editora UFJF/Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.